8ª Secretaria de Controle Externo

À Auditora de Controle Externo, **Maira Rebello Magalhães Guimarães** para proferir Instrução Técnica.

Em, 3 de março de 2016.

LYNCOLN DE OLIVEIRA REIS
Secretário da 8ª Secretaria de Controle Externo
Matrícula nº 203.139

Senhor Secretário da 8ª Secretaria de Controle Externo,

Manifestei-me em separado, por meio da instrução técnica em anexo.

Em, 3 de março de 2016.

Maira Rebello Magalhães Guimarães
Auditora de Controle Externo
Matrícula TCE-ES nº 203.190

8ª Secretaria de Controle Externo

Instrução Técnica: n.º ITR 16/2016

Processo TC: n.º 4408/2013

Apensos: nsº 0973/2011; 1951/2011, vols. I a IX

Assunto: Pedido de Reconsideração

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Conceição da Barra

Recorrente: Jorge Duffles Andrade Donati

Conselheiro Relator: Sérgio Manoel Nader Borges

Tratam os autos de **Recurso de Reconsideração** interposto pelo **Sr. Jorge Duffles Andrade Donati**, na qualidade de Prefeito do Município de Conceição da Barra durante o exercício de 2010, em face do **Parecer Prévio TC-027/2013** constante do Processo TC nº 1951/2011 em apenso, que recomenda ao Legislativo Municipal a **Rejeição** das contas apresentadas.

Uma vez apreciado quanto aos aspectos contábeis, nos termos da Manifestação Contábil de Recurso MCR 1/2016 (fls. 521/535), exarada pela 6ª Secretaria de Controle Externo, vieram os autos a esta 8ª SCE para análise conclusiva.

É o breve relatório.

8ª Secretaria de Controle Externo

DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE

Analisando as condições de admissibilidade do Pedido de Reexame, observa-se que as partes são capazes e possuem interesse e legitimidade processual.

Quanto à tempestividade, verifica-se, de acordo com o despacho da SGS - fls. 1865, que o Parecer Prévio TC – 027/2013 foi publicado no Diário Oficial do Estado em 29 de abril de 2013. Interposto o Pedido de Reconsideração em 29 de maio de 2013 tem-se o mesmo como tempestivo.

MÉRITO

O Parecer Prévio TC – 027/2013 opinou pela rejeição das contas da Prefeitura Municipal de Conceição da Barra, referente ao exercício de 2010, em função das seguintes irregularidades:

1.2. Ausência de documentação que comprove a legalidade e motivação dos cancelamentos de Dívida Ativa.

Base Legal: art. 127, X, d, da Resolução TCEES 182/02 alterada pela Resolução TCEES 217/07.

2.1. Aplicação em Manutenção e Desenvolvimento de Ensino.

Base Legal: art. 212 da Constituição da República de 1988.

Verificando que os documentos apresentados pelo recorrente diziam respeito à matéria contábil, as razões recursais foram devidamente encaminhadas para apreciação da 6ª SCE.

Por meio da Manifestação Contábil de Recurso – MCR 1/2016, observa-se que a

8ª Secretaria de Controle Externo

6ª SCE, considerando os dispositivos do Código Tributário Municipal e o encaminhamento dos processos administrativos específicos, entendeu como atendido o art. 127, X, d, da Resolução TCEES 182/02 e, por conseguinte, **sanada** a ausência documental indicada no RTC 165/2001 (item 1.2 acima transcrito).

No entanto, no que tange à segunda irregularidade apontada pelo Parecer Prévio TC – 027/2013 constata-se que a MTR 1/2016, apresentou razões que entende suficientes para a sua manutenção, razões estas as quais nos reportamos e transcrevemos:

DA ANÁLISE TÉCNICA DAS NOVAS RAZÕES:

Preliminarmente, cabe destacar que o defendente alega que não foram considerados, na apuração realizada pela equipe técnica, os valores referentes aos **restos a pagar não processados**, inscritos no exercício de 2010, **com suficiente disponibilidade financeira**. Nessa linha, a defesa informa que a metodologia aplicada pela Corte de Contas:

[...] deixou de considerar um investimento de R\$ 5.333.179,98 (cinco milhões, trezentos e trinta e três mil, cento e setenta e nove reais e noventa e oito centavos) ocasionando, assim, a interpretação de que o recorrente não aplicou os recursos mínimos exigidos pela CF, na Educação.

Nesse tocante, o defendente considera que “a inexistência de liquidação da despesa para o exercício seguinte é de simples explicação, a obra do porte da exemplificada tem o seu desembolso financeiro à medida que as medições são executadas pela empresa contratada”.

Ao sustentar a tese de que os restos a pagar não processados deveriam compor as despesas com ações típicas de MDE (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino), a defesa menciona que “toda despesa legalmente empenhada pertence ao exercício financeiro que nele tenha ocorrido o fato”, consubstanciando-se nos dispositivos legais da Lei 4.320/1964.

Ademais, a defesa enfatiza o cumprimento do limite constitucional (aplicação de 31,59%) apresentado no demonstrativo extraído do SIOPE - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação.

8ª Secretaria de Controle Externo

Ainda, merece destaque a seguinte informação apresentada nas justificativas:

A considerar a metodologia da Área Técnica, as obras que utilizam recursos da Educação (escolas, etc.), e que, em função de vários fatores (prazo de conclusão que ultrapassa o exercício financeiro, p .ex.), não são liquidadas e lançadas como restos a pagar não processados para o exercício seguinte, nunca serão levadas em conta para o compute de investimentos constitucionais mínimos exigidos, **CONTUDO, as obras estarão lá.**

No que tange a argumentação apresentada no sentido de que a área técnica não enfrentou a metodologia, extraída do SIOPE, apresentada pelo recorrente em suas justificativas, cumpre destacar que o mencionado SIOPE possui como uma de suas características o **caráter declaratório**. Nesse tocante, **atribui-se ao declarante a responsabilidade pela inserção dos dados** no programa de declaração, **pela fidedignidade dos dados** declarados em relação aos demonstrativos contábeis, **pela veracidade das informações** inseridas na base de dados. No mais, o SIOPE é um sistema eletrônico, operacionalizado pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), **sem prejuízo das atribuições próprias** dos Poderes legislativos e **dos Tribunais de Contas**².

Assim, entende-se que possíveis divergências existentes nas metodologias não invalidam as conclusões desta Corte de Contas, principalmente diante do fato de que é atribuída ao declarante a responsabilidade pela inserção dos dados no sistema.

Quanto à inclusão dos restos a pagar não processados na apuração do limite, vale frisar que o MDF – Manual de Demonstrativos Fiscais, **válido para o exercício de 2015**, corrobora o entendimento apresentado na defesa, ao dispor sobre o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino aplicável aos municípios: “[...] ao final do exercício, as despesas com MDE deverão considerar as despesas executadas, ou seja, o valor de Despesa Liquidada e os Restos a Pagar Não processados [...]”.

Contudo, a Resolução TC 195/2004, **aplicável ao exercício de 2010**, em análise, dispõe que, para apuração do limite constitucional com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, considerar-se-ão **efetivamente aplicadas as despesas** efetivamente **empenhadas e liquidadas** no exercício:

Art. 19. **Para apuração dos limites constitucionais e legais de que tratam o artigo 212**, da Constituição Federal, e o art. 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, **considerar-se-ão efetivamente aplicadas**, respeitando-se o princípio contábil fundamental da competência, **as despesas efetivamente**

8ª Secretaria de Controle Externo

empenhadas e liquidadas no exercício, pagas até o seu encerramento ou que possuam correspondente lastro financeiro para o seu pagamento nas contas bancárias específicas da educação.

§1º As despesas inscritas em restos a pagar com insuficiência de correspondente disponibilidade financeira vinculada à educação, mesmo que liquidadas e/ou pagas em exercícios subsequentes, não serão consideradas para efeito do disposto no caput deste artigo.

§2º Os restos a pagar cancelados no exercício corrente, cujos valores já tenham sido considerados nos percentuais de aplicação dos respectivos exercícios de inscrição não serão novamente computados.

§3º No preenchimento dos “anexos 10.2 e 10.3”, citados no § 1º, do art. 14, desta resolução, deverão ser observadas as seguintes premissas:

I – **as despesas com a manutenção e com o desenvolvimento do ensino deverão ser registradas pelo total liquidado no período correspondente;**

II – o montante de restos a pagar inscritos no exercício, tratados como dedução do total da despesa, deverá corresponder apenas àquelas despesas que não disponham de lastro financeiro para o seu pagamento. **(h.n.)**.

Assim, alicerçando-se nas Resoluções emitidas por esta Corte de Contas (195/2004 e 238/2012), entende-se que não deve prosperar a argumentação no sentido de que deveriam ter sido incluídos os restos a pagar não processados, inscritos no exercício de 2010, com suficiente disponibilidade de caixa, no cômputo dos valores aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino. Além disso, vale lembrar que o limite estabelecido na Constituição é mínimo, não havendo impedimento para aplicações excedentes.

Por tais motivos, opina-se pela **manutenção** do indicativo de irregularidade.

3. CONCLUSÃO

As razões de recurso constantes no presente processo foram analisadas, resultando na opinião pela **subsistência** do Parecer Prévio 027/2013, haja vista que o jurisdicionado aplicou, na manutenção e desenvolvimento do ensino, um percentual abaixo do mínimo estabelecido no art. 212 da Constituição Federal de 1988.

Desta forma, nos termos da MCR 5/2015 e ratificando a análise anterior desta 8ª SCE (ITD 6/2015), opina-se no sentido de que

8ª Secretaria de Controle Externo

seja dado parcial provimento ao recurso, mantendo-se, contudo, o parecer pela rejeição das contas.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, opinamos pelo **CONHECIMENTO** do recurso e, quanto ao mérito, nos termos da Manifestação Contábil de Recurso – MCR 1/2016 exarada pela 6ª Secretaria de Controle Externo, pelo seu parcial provimento, com a consequente manutenção de parecer pela rejeição das contas apresentadas.

Vitória, 3 de março de 2016.

Maira Rebello Magalhães Guimarães

Auditora de Controle Externo
Matrícula TCE-ES nº 203.190

8ª Secretaria de Controle Externo

À **SEGEX**, com a manifestação da 8ª Secretaria de Controle Externo consubstanciada na Instrução Técnica antecedente.

Em, 3 de março de 2016.

LYNCOLN DE OLIVEIRA REIS
Secretário da 8ª Secretaria de Controle Externo
Matrícula nº 203.139